

DESGOVERNO TEMER USA O CAGED E PIBINHO PARA TENTAR PASSAR FALSA SENSÇÃO DE MELHORA

"A verdade é que saímos de uma situação de pleno emprego no governo Dilma, com 4,30%, para uma taxa de desemprego de 12,7% com Temer. São mais de 12 milhões de desempregados", avalia o presidente da CUT

Em janeiro, depois de três anos seguidos com as demissões superando as contratações, os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho) divulgados na sexta-feira (2) mostraram que foram criados cerca de 77,8 mil novas vagas de trabalho.

O Caged, que só divulgava vagas formais, com direitos trabalhistas garantidos, agora apresenta também vagas de trabalho com contrato intermitente. Esses são os postos de trabalho que mais crescem no país desde que a reforma Trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer legalizou as formas precárias de contratação, diz o presidente da CUT, Wagner Freitas.

INTERMITENTE - Foram gerados, em

janeiro, 2,8 mil novos postos de trabalho intermitentes. São vagas no comércio, serviços e construção civil, justamente os setores que têm liderado o uso das novas modalidades precárias de contratação de trabalhadores e trabalhadoras. Muitos são serventes da construção civil ou embaladores. Há também garçons, pedreiros e vendedores do comércio.

TRABALHO PARCIAL - Outras 4,9 mil vagas são de trabalho parcial. Entre as ocupações mais demandadas nesse tipo de contratação destacam-se a de assistente administrativo, auxiliar de escritório, atendente de agência, professor de nível superior e do ensino fundamental.

MANIPULAÇÃO - O governo usa o Caged e o 'pibinho' de 2017, que cresceu

apenas 1% depois de dois resultados negativos (-3,5), para passar a falsa sensação de que a economia começa a melhorar depois da recessão. "É mais uma mentira dos golpistas. A verdade é que saímos de uma situação de pleno emprego no governo Dilma, com 4,30%, para uma taxa de desemprego de 12,7% com Temer. São mais de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, pais e chefes de família desempregados, sem contar os que desistiram de procurar, como mostrou o IBGE esta semana". "Este governo golpista congelou salários, ampliou o arrocho, aprovou uma criminoso reforma Trabalhista, que apenas retira direitos, e agora quer comemorar resultados pífijs", concluiu o presidente da CUT.

JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO DEFINE: É INCONSTITUCIONAL O FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA

A 34ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, em decisão tomada no dia 26 pela juíza Áurea Regina de Souza Sampaio, entende o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, promovido pela "reforma" Trabalhista, como inconstitucional. A ação civil foi proposta pelo Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro (SATEM-RJ).

TRIBUTAÇÃO - Para a magistrada, a contribuição sindical, por ser destinada inicialmente para uma conta especial do Ministério do Trabalho, tem caráter tributário, e, portanto, não pode ser modificada por Lei Ordinária, mas apenas Lei Complementar.

"A Consolidação das Leis do Traba-

lho (CLT) foi criada em 1º de maio de 1943. Em seus quase 75 anos de existência, a CLT sofreu diversas alterações, passou por diferentes regimes, mas nunca sofreu um retrocesso tão radical como na atual reforma trabalhista. Tudo sem a participação dos trabalhadores", afirmou a juíza, reforçando a inconstitucionalidade das alterações dos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT.

FLORIANÓPOLIS - Uma decisão assim já havia sido tomada pela 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis, mas esta foi a primeira no Rio de Janeiro. Para Carlos Carvalho, advogado do SATEM-RJ, "é uma vitória. A juíza considerou a reforma Trabalhista, que promoveu a alteração da con-



"Em 75 anos, a CLT nunca sofreu retrocesso tão radical"

tribuição sindical, inconstitucional e ilegal", afirmou o advogado.

RECLAMAÇÃO - A magistrada determinou que a reclamada proceda o desconto de um dia de trabalho de cada substituído, independentemente de autorização prévia e expressa, bem como efetue o recolhimento em Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical.

OAB: "NÃO PODEMOS ACEITAR RETROCESSO NAS LEIS DO TRABALHO"

Durante a cerimônia de posse da nova direção do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia, defendeu o fortalecimento da Justiça do Trabalho como um imperativo do desenvolvimento.

PROGRESSO - Para Lamachia, "um dos aspectos mais determinantes do progresso da civilização consiste no estabelecimento de legislações trabalhistas comprometidas com valores de justiça e humanidade. Instituídas como resposta à ex-

ploração do homem pelo próprio homem, tais leis representam o triunfo da dignidade sobre a opressão; da equidade sobre a ganância; da consciência social sobre a inconsequência egoísta".

PIOR - As mudanças da legislação trabalhista impostas pela "reforma" de Temer na CLT fez com que tais princípios venham sendo diariamente atacados. "Cabe lembrar", frisou, "que estamos em um momento histórico de diluição de importantes valores civilizatórios. Notadamente na seara trabalhista, se por um lado não pode-

mos aceitar estagnação, por outro lado não podemos aceitar retrocessos que possam ferir direitos há muito reconhecidos e incorporados ao patrimônio jurídico dos trabalhadores brasileiros".

CRISE - Lamachia avalia que "vivemos recentemente o momento mais agudo de uma crise econômica persistente, que fez crescer de maneira substancial o número de demissões e litígios trabalhistas". "Devemos, portanto, fortalecer - e não debilitar - a Justiça do Trabalho, que constitui, ela própria, um direito da cidadania", concluiu.

IMPOSTO DE RENDA SEM CORREÇÃO NA TABELA: GOVERNO TIRA MAIS DINHEIRO DO TRABALHADOR

Mesmo com uma inflação oficial de 2,95% em 2017, o reajuste da Tabela para este ano será ZERO

Mesmo com uma inflação de 2,95% em 2017, o governo decidiu não reajustar a Tabela de Imposto de Renda (IR) para 2018, retirando assim mais recursos da massa de trabalhadores assalariados do país. Prática constante nas últimas décadas, a falta de correção tem elevado o peso dos impostos e reduzido a renda de milhões de pessoas. Estudo realizado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindicatão), aponta que entre 1996 e 2017 a inflação acumulada medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) foi de 294,93%, enquanto a correção da tabela do IR foi de apenas 109,63%, uma defasagem de 88,40%.

OUTRO CAMINHO - A não correção da Tabela do IR é uma péssima forma que o governo vem utilizando para fazer caixa, pois penaliza principalmente os contribuintes de mais baixa renda que estariam isentos e um confisco de todas as faixas salariais que ganham até R\$ 8.837,92. É uma política onde quem ganha menos paga mais, sem senso de justiça fiscal, que amplia as desigualdades. Ainda mais quando concede, através de medidas provisórias, a redução nos valores que as multinacionais de petróleo e gás pagarão de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a renegociação das dívidas previdenciárias de grandes produtores rurais e o pacote de benesses entregue aos maus pagadores de impostos e sonegadores, beneficiados pelo último REFIS.

AMPLIAR CONSUMO - Vale lembrar que o consumo das famílias é responsável por mais de 60% do produto interno

Cálculo de Imposto de Renda (mensal)

Aliquota de IR	Tabela Atual	Tabela Corrigida
Isento	Até R\$ 1.903,98	Até R\$ 3.556,56
7,50%	De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,66	De R\$ 3.556,57 até R\$ 5.280,09
15,00%	De R\$ 2.826,67 até R\$ 3.751,05	De R\$ 5.280,10 até R\$ 7.073,23
22,50%	De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	De R\$ 7.073,24 até R\$ 8.837,92
27,50%	Acima de R\$ 4.664,68	Acima de R\$ 8.837,92



Tabela desmascara avanço do Leão: confisco no salário do trabalhador

bruto do país (PIB), é o que faz a economia aquecer, aumentando a produção e gerando empregos. Por esse motivo, o melhor caminho para retomar o crescimento é deixar o salário na mão do trabalhador e a renda na mão de quem produz.

ISENÇÃO E JUSTIÇA - Os números demonstram que se houvesse o reajuste na tabela pela inflação do período (1996-2017), os trabalhadores que ganham até R\$ 3.556,56 mensais estariam isentos do pagamento. Hoje são isentos os que recebem até R\$ 1.903,98. Ainda pela tabela

atual os que recebem de R\$ 1.903,99 até 2.826,66 pagam 7,50%. Se fosse aplicada a correção, a faixa salarial subiria para R\$ 3.556,56 a 5.280,09. Na alíquota de 15% estariam os que recebem acima de R\$ 5.280,10 e não mais os que recebem acima de 2.826,67. Os que descontam 22,5% seriam os que ganham mais de R\$ 7.073,24 e não, como atualmente, 3.751,06. Finalmente os que pagariam 27,5% seriam aqueles que tem renda mensal acima de R\$ 8.837,92 e não os que recebem acima de 4.664,68.

MULHERES FAZEM 8 DE MARÇO EM DEFESA DOS DIREITOS E DA DEMOCRACIA

No Dia Internacional de Luta das Mulheres, 8 de março, movimentos de mulheres, CUT e sindicatos irão às ruas de todo o país em defesa dos direitos e da democracia. Afinal, desde o golpe de Estado que colocou o ilegítimo Michel Temer no poder, está em curso um processo de retrocesso que atingiu todas as mulheres.

RETROCESSO - Com a reforma trabalhista, aprovada no ano passado, mulheres grávidas ou lactantes agora trabalham em locais insalubres. E se a reforma da Previdência for aprovada, as mulheres também serão as mais atingidas, principalmente as mulheres negras.

Para a socióloga e formadora da Escola Sindical São Paulo, Juliana Furno, as reformas Trabalhista e Previdenciária e o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, recolocam a mulher em uma condição de desigualdade acentuada, que vinha sendo combatida durante os últimos anos, nos governos Lula e Dilma.

PAULISTA - Em defesa da democracia, da soberania e para dizer não à reforma da Previdência, as mulheres vão tomar a avenida Paulista. A concentração será às 16h, na Praça Oswaldo Cruz, no Paraíso. Às 18h, as mulheres sairão em marcha pela avenida. A militância cutista estará no local a partir das 14h30.

